

UM ATLÂNTICO LIBERAL



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO
DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES
IARA BELELI – MARCO AURÉLIO CREMASCO – PEDRO CUNHA DE HOLANDA
SÁVIO MACHADO CAVALCANTE – VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

MARÍA JULIA GIMÉNEZ

UM ATLÂNTICO LIBERAL

*Think tanks, Vargas Llosa e a ofensiva
de direita na América Latina*

EDITORA
UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
BIBLIOTECÁRIA: MARIA LÚCIA NERY DUTRA DE CASTRO – CRB-8ª / 1724

G429a Giménez, María Julia, 1984-
Um Atlântico liberal : Think tanks, Vargas Llosa e a ofensiva de
direita na América Latina / María Julia Giménez. – Campinas, SP :
Editora da Unicamp, 2024.

1. Vargas Llosa, Mário, 1936- 2. Neoliberalismo. 3. Institutos de
pesquisa – América Latina. 4. América Latina – Política cultural.
I. Título.

CDD – 320.51
– 378.8
– 306.2098

ISBN 978-85-268-1658-9

Copyright © María Julia Giménez
Copyright © 2024 by Editora da Unicamp

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade da autora e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

Em memória do professor Reginaldo C. de Moraes, por sua generosidade, seu compromisso com a ciência, a educação e a comunicação, e por sua entrega militante às lutas e aos processos de organização popular.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU) pelo apoio concedido entre os anos de 2017 e 2021, que possibilitou a realização do estudo de doutorado que embasa este livro. Sou grata à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelas bolsas concedidas para a realização desta pesquisa. Destaco a bolsa Capes Print, para realizar uma estadia no Laboratório Framespa da Université de Toulouse (França), entre novembro de 2019 e abril de 2020.

Também sou grata à comunidade que faz o dia a dia e a história da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Embora tenha me acolhido em tempos turbulentos para a educação e a ciência, os anos na Unicamp reafirmam que a universidade pública latino-americana é trincheira da democracia. Viva a universidade pública!

Dedico este trabalho ao professor Reginaldo C. de Moraes, a quem agradeço pela generosa orientação no início e na estruturação desta pesquisa, proporcionando-me horas de diálogo, leituras, recomendações e piadas inteligentes. Apesar de sua inesperada partida física em 2019, sua orientação deixou marcas importantes na minha formação e no desenvolvimento deste estudo. Também agradeço à sua esposa, Miriam, pelo carinho e pelo acompanhamento.

Agradeço ao professor André Kaysel Velasco e Cruz pelos momentos de discussão e troca que precederam à sua assunção como

orientador formal durante o doutorado, após a partida do professor Reginaldo. Desfruto e aprendo ao trabalhar com pessoas que possuem o compromisso e a sensibilidade que caracterizam André.

Igualmente, sou grata ao professor Stéphane Boisard, da Université de Toulouse, que com grande entusiasmo me recebeu e me acompanhou durante a estadia de pesquisa no Laboratório Framespa, na França. A Stéphane e à sua família, estendo do outro lado do Atlântico meus agradecimentos e minhas melhores lembranças. Também agradeço ao professor Ernesto Bohoslavsky (UNGS), que abriu as portas para este e outros encontros.

Expresso meu profundo agradecimento a Flávia Braga Vieira e à sua família pelo carinho e pelo apoio incondicional. Sua orientação, companheirismo e amizade, impregnados de rebeldia internacionalista, têm sido uma bússola nestes anos no Brasil.

Agradeço também aos companheiros e companheiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, especialmente à militância do estado de São Paulo. Uma família gigante, *mi cable a tierra*.¹ E, nesta mesma linha, aos companheiros e companheiras da FM de la Calle e da agrupação Watu, de Bahía Blanca, ambas na Argentina.

Por último, agradeço aos meus pais, Sarita e José Luis, ao meu irmão e à minha irmã, Tato e Josefina, a Álvaro e Pipi (mais do que cunhada, companheira), ao meu sobrinho e à minha sobrinha, León e Lupe. Também a Pelusa e aos meus amigos e amigas da Argentina e do Brasil pela cumplicidade e *el aguante*.²

¹ *Cable a tierra*: cabo de aterramento.

² *Aguante*: torcida; ato ou efeito de torcer.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	11
INTRODUÇÃO	13
PARTE 1 – Carta náutica	33
I. (Novas) direitas e (velhas) ameaças na América Latina.....	38
II. <i>Think tanks</i> : traficantes de ideias	55
III. Preamar em Nossa América.....	68
PARTE 2 – Atravessar o Atlântico e caçar Drácula.....	79
IV. “A internacional neoliberal” e as rotas latino-americanas.....	85
Na rota de Atlas	110
Notas sobre os <i>think tanks</i> em chave espanhola.....	117
V. A Fundación Internacional para la Libertad e sua tripulação	123
O Patronato	127
Os conselhos	131
Entidades afiliadas	137
VI. A Fundación Internacional para la Libertad à tona: estratégias privadas e públicas	141
Captação de recursos para a promoção e a consolidação da entidade	143
Programas de pesquisa	145
Fóruns e seminários	146
Divulgação: livros, <i>site</i> e mídias aliadas	152
Não visibilidade: silêncio tático ou circunstancial?	157

VII. Atlantismo em tempos de “maré rosa”	162
VIII. Relacionar, coordenar e “levar a bom porto”	174
PARTE 3 – A Fundación Internacional para la	
Libertad em alto-mar.....	187
IX. A agenda em andamento: notas sobre o Seminário Internacional em Bogotá (2003)	189
X. Velhos/novos inimigos: o antipopulismo e o anticomunismo como bandeira	207
O III Foro Atlântico (2006) e a definição elástica do populismo	207
O V Foro Atlântico (2008) e o anticastrismo como questão de responsabilidade internacional	226
XI. Tripular na tempestade: o III Foro em Lima (2014) e a projeção de líderes regionais	244
XII. “Bandeira velha honra capitão”: o Seminário Internacional Mario Vargas Llosa (2016)	269
Comentários finais – Navegar é preciso	277
Bibliografia.....	291
Fontes.....	309
Anexos	321

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Atlas, Atlas Economic Research Foundation ou Atlas Network, Estados Unidos.

Cedice, Centro de Divulgación del Conocimiento Económico para la Libertad, Venezuela.

CEP, Centro de Estudios Públicos, Chile.

Citel, Centro de Investigación y Estudios Legales, Peru.

Eseade, Escuela Superior de Economía y Administración de Empresas, Argentina.

Faes, Fundación para el Análisis y los Estudios Sociales, Espanha.

FIE, Fundación Iberoamérica Europa, Espanha.

FIL, Fundación Internacional para la Libertad, Espanha.

Fulided, Fundación Libertad, Democracia y Desarrollo, Bolívia

Hacer, Hispanic American Center for Economic Research, Estados Unidos.

ICP, Instituto de Ciencia Política, Colómbia.

IEA, Institute of Economic Affairs, Inglaterra.

IEE, Instituto de Estudos Empresariais, Brasil.

Ileep, Instituto Ecuatoriano de Economía Política, Ecuador.

ILyD, Instituto Libertad y Desarrollo, Chile.

PP, Partido Popular, Espanha.

PSOE, Partido Socialista Obrero Español, Espanha.

Relial, Red Liberal de América Latina, México.

INTRODUÇÃO

No início de 2020 o mundo começava a atravessar uma das maiores crises da história recente, desencadeada pela pandemia de covid-19. Em abril daquele ano, as medidas de quarentena e isolamento social preventivo já estavam sendo tomadas com diferentes intensidades na maioria dos países do mundo, seguindo as indicações da Organização Mundial da Saúde (OMS), ao mesmo tempo em que a urgência sanitária e o aprofundamento da crise econômica voltaram a colocar sob os holofotes as discussões em torno do papel e da centralidade do Estado. O assunto não era novo, parece ressurgir a cada crise do capitalismo, assim como também não o foram as vozes que interromperam com mensagens de alerta a ameaça de estados intervencionistas e o rumo para destinos totalitários.

Em meio às tensões sobre como reduzir a curva de contágio e amenizar a magnitude da crise econômica vindoura, em 20 de abril foi lançado um manifesto com a adesão inicial de 150 personalidades públicas do campo político, cultural, acadêmico e empresarial de 28 países (a maioria latino-americanos, espanhóis e estadunidenses) que, como expresso no título, alertava: “Que a pandemia não seja um pretexto para o autoritarismo”. O documento expressava:

Enquanto funcionários de saúde pública e privada combatem corajosamente o coronavírus, muitos governos tomam medidas que restringem indefinidamente liberdades e direitos básicos. Em vez de algumas restri-

ções compreensíveis à liberdade, em vários países imperam um confinamento com mínimas exceções, a impossibilidade de trabalhar e produzir e a manipulação da informação. [...] Em ambos os lados do Atlântico ressurgem o estatismo, o intervencionismo e o populismo com um ímpeto que faz pensar em uma mudança de modelo afastada da democracia liberal e da economia de mercado. Queremos manifestar energicamente que esta crise não deve ser enfrentada sacrificando os direitos e as liberdades que custaram muito a ser conseguidas. Rejeitamos o falso dilema de que estas circunstâncias obrigam a escolher entre o autoritarismo e a insegurança, entre o Ogro Filantrópico e a morte.¹

O manifesto foi liderado pelo romancista peruano e Prêmio Nobel de Literatura Mario Vargas Llosa, presidente da organização que convocou a ação coletiva: a Fundación Internacional para la Libertad (FIL). Entre os aderentes à nota estavam os ex-presidentes José María Aznar (Espanha), Mauricio Macri (Argentina), Ernesto Zedillo (México), Vicente Fox Quesada (México), Álvaro Uribe (Colômbia) e Luis Alberto Lacalle (Uruguai), todos eles atentos seguidores do receituário de políticas neoliberais. Também o líder opositor venezuelano Leopoldo López (condenado em 2014 por incitação pública à violência), escritores como Enrique Krauze (México), Fernando Savater (Espanha), Marcos Aguinis (Argentina), Antonio Escohotado (Espanha), Jorge Edwards (Chile) e Loris Zanatta (Itália), os empresários espanhóis Juan Félix Huarte e Andrés Cardó, a jovem influenciadora guatemalteca Gloria Álvarez e seu par chileno Axel Kaiser, os jornalistas anticastristas Carlos Alberto Montaner (Cuba) e Álvaro Vargas Llosa (Peru), o economista Alberto Benegas Lynch Jr. e os *thinktankers* Gerardo Bongiovanni, da Fundación Libertad (Argentina), Helio Beltrão, do Instituto Mises Brasil, Alejandro A. Chafuén, do Acton Institute e Atlas Network (Estados Unidos), para mencionar algumas personalidades que formaram o grupo inicial de assinantes.

¹ FIL, 2020 (tradução própria).

Como um diagnóstico negativo, o manifesto apontava uma série de sintomas (estatismo, intervencionismo e populismo) que prenunciavam ameaças à democracia liberal e à economia de livre-mercado como valores supremos em aparente risco. E sem falsas insinuações, embora sem dados empíricos, os focos de alerta foram apontados ao já cinquentenário governo cubano, à herança chavista da Venezuela e às aparentes derivações ditatoriais do presidente Nicolás Maduro, seguidas também pelo governo nicaraguense e os governos da Espanha, México e Argentina, os três posicionados à centro-esquerda do espectro político da época.

O manifesto pode parecer insignificante em meio a uma crise humanitária de tal magnitude, mas não é tanto se observarmos sua ampla repercussão. A busca no Google pelo título da nota (entre aspas), para o período de 20 a 30 de abril de 2020, registrou mais de 585 resultados em páginas de notícias na *web*, *sites* institucionais e *blogs*, dos quais 226 se localizavam na Argentina, 79 nos Estados Unidos, 14 no México, 19 na Espanha, para mencionar os mais relevantes.

As notícias daqueles dias indicavam que o recém-assumido presidente argentino Alberto Fernández, vindo das fileiras do kirchnerismo e então líder do Grupo de Puebla,² estava buscando renegociar a dívida pública, em mãos de credores privados e sob legislação estrangeira, em torno de US\$ 68,8 bilhões, e que seria anunciada uma série de medidas para apoiar empregadores e trabalhadores de pequenas e médias empresas e autônomos. Mas as repercussões da nota pública e as adesões a ela pareceram renovar as agendas tanto dos grandes meios de comunicação quanto das redes

² Grupo de Puebla é o nome do foro político e acadêmico criado em 2019 para articular ideias, modelos produtivos, programas de desenvolvimento e políticas de Estado de caráter progressista. Participaram do grupo ex-mandatários(as) latino-americanos(as) do chamado ciclo governamental progressista dos anos 2000, como José Mujica (Uruguai), Rafael Correa (Equador), Fernando Lugo (Paraguai) e Dilma Rousseff (Brasil).

sociais digitais da Argentina. E embora o foco de atenção não tenha se afastado completamente da questão sanitária, a nota e as personalidades que a ela aderiram (Mauricio Macri, por exemplo, reaparecia após o fracasso eleitoral e meses de silêncio) forneceram um novo conteúdo midiático e uma nítida narrativa em torno da conjuntura: a crítica ao estatismo como o inevitável “caminho para a servidão”, parafraseando o economista austríaco Friedrich Hayek, uma das referências intelectuais da FIL e de seus membros. A notícia viralizou nas redes sociais digitais da Argentina e não demorou a aparecer entre as publicações dos setores progressistas e de esquerda com comentários que buscavam refutar a nota e, como também costuma ser recorrente nos repertórios de ação modelados ao padrão Facebook/Twitter (atualmente X), abriu-se a corrida de *memes* e ridicularizações.

Embora seja verdade que o manifesto carecia de argumentos sólidos e que, como produto comunicativo, foi perdendo relevância para o aluvião de notícias cotidianas, passada uma semana da ação promovida pela FIL começou a circular uma série de convocações anônimas para sair às ruas, sob o argumento de que a quarentena decretada pelo governo kirchnerista era um invento do populismo para concentrar o controle da economia. As chamadas ao M7³ que diziam “Revolução das máscaras, basta de deixar o poder absoluto ao governo”, ou “Com máscaras e respeitando a distância, voltamos às ruas: não queremos comunismo”, se expandiram nas redes sociais digitais junto à *hashtag* #LaMarchaDeLosBarbijos. “Se isso não é comunismo, o que é?”⁴

³ A sigla foi utilizada para fazer referência ao evento por ter sido convocado para o dia 7 de maio. Cf. “Opositores en Argentina convocan a una insólita marcha para frenar el ‘comunismo’ de Alberto Fernández”, *RT*, 5 maio 2020. Disponível em <<https://actualidad.rt.com/actualidad/352197-argentina-insolita-marcha-comunismo-alberto-fernandez>>. Acesso em 5/6/2020.

⁴ Cf. “Maximiliano Guerra, en contra de la cuarentena: ‘La salud de un pueblo es la libertad’”, *Clarín*, 24 maio 2020. Disponível em <https://www.clarin.com/fama/maximiliano-guerra-cuarentena-salud-pueblo-libertad-_o_9IL8TGiph.html>. Acesso em 5/6/2020.

publicou na conta de Twitter o reconhecido bailarino argentino Maximiliano Guerra, juntando-se a uma série de personalidades públicas que se somavam ao coro anticomunista. Embora esse primeiro chamado às ruas não conseguisse grandes adesões, em meio a uma onda de publicações carregadas de polêmicas, denúncias e ridicularizações, o esquema antiestatista/anticomunista/anti-K (anti-Kirchnerismo) voltou a viralizar nas redes sociais digitais e meios de comunicação tradicionais argentinos. E meses depois, novas convocações e marchas voltaram a ser notícia.

Quais são os vínculos entre os repertórios de protesto descritos até aqui? A irrupção do M7, enlaçada em sequência temporal ao manifesto difundido pela Fundación Internacional para la Libertad, pode nos levar a deduzir vínculos orgânicos onde em princípio não existem, quando se desconhecem episódios locais imediatamente anteriores que foram dando liga ao ciclo de protestos anti-K em contexto de pandemia. No entanto, a correlação entre os argumentos que sustentam ambas as ações de protesto e a semelhança de episódios como o referido em outros países do subcontinente na última década nos levam a pensar que, se não há vínculos explicitamente causais, também não são casuais ou incidentais.

Feita essa advertência, pode-se dizer que, se para o historiador inglês Eric Hobsbawm a “era dos extremos” havia se concluído com a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ao abrir-se o novo milênio as gramáticas da Guerra Fria voltaram a ocupar um lugar destacado na definição e no entendimento dos assuntos públicos na América Latina. Parafraseando Atilio Borón e Sabrina González ao refletir sobre as apropriações “pós-marxistas” do legado do filósofo Carl Schmitt em chave amigo-inimigo, “tem alguma utilidade um quadro conceitual que se move em tal nível de generalidade?”⁵

⁵ Borón & González, 2003 (tradução própria).

O estudo aqui apresentado partiu do princípio de não ridicularizar as direitas atuantes na América Latina e de entender as ideias e os significados mobilizados como uma ação coletiva, séria, coordenada e articulada em redes nacionais e internacionais para incidir nos processos políticos latino-americanos.

Nesse sentido, entendemos que o que parecem ser argumentações infundadas, baseadas em apropriações enviesadas do passado, construções descontextualizadas e vulgarizadas do “perigo vermelho”, atreladas às aparentemente superadas narrativas da Guerra Fria, são, mais que isso, parte de um repertório de tradução de linguagens e gramáticas políticas mobilizado pelas direitas liberais desde o início do século XXI, após os desafios abertos pelas crises de fins dos anos 90 e após a abertura do ciclo de governos progressistas na região. Como apontam Alfredo Falero, Charles Quevedo e Lorena Soler,⁶ desses processos discursivos emanam modos de perceber e enquadrar a realidade, formas de pensar, apreciar, definir e agir, aberturas ou fechamentos cognitivos, dinâmicas de conformismo, indignação ou protesto. Ou seja, constroem-se imaginários e disputa-se hegemonia.

Como tentamos exemplificar ao nos referirmos ao manifesto em contexto de covid-19 e como pretendemos mostrar ao longo do livro, acreditamos que a Fundación Internacional para la Libertad foi um ator destacado (embora não exclusivo) na criação de amplas coalizões de caráter internacional que nas últimas duas décadas participaram ativamente do retorno da perigosa gramática da Guerra Fria e do rebrotar do anticomunismo/antipopulismo, dando certa homogeneidade às direitas da região.

A pesquisa aqui apresentada se dedicou ao estudo da Fundación Internacional para la Libertad entre os anos 2002 e 2016 e das redes de *think tanks* na defesa do liberalismo na América Latina. Pensando nos

⁶ Falero; Quevedo & Soler, 2020.

think tanks como um tipo de organização política orientada à busca de influência e consensos a partir da produção e da circulação de um tipo de saber especializado dentro e fora do sistema político propriamente dito (sejam estes *policy makers*, legisladores, jornalistas, empresários, acionistas, eleitores, chefes de família ou consumidores, dependendo das circunstâncias concretas e de seus objetivos institucionais), e com foco no papel de agenciamento, geração e circulação de ideias e nas disputas de poder em conjunturas históricas particulares, buscou-se aqui analisar a participação de *think tanks* nas coalizões discursivas construídas diante dos conflitos que pareceram ameaçar ou impugnar o domínio ecológico do neoliberalismo⁷ na América Latina.

A ideia que atravessa o livro é a de que a Fundación Internacional para la Libertad responde a uma estratégia defensiva e ofensiva de caráter internacional com o objetivo de articular e unificar as agendas políticas na defesa dos valores e princípios da sociedade de livre-mercado, da democracia limitada e dos direitos individuais, em resposta aos processos regionais não alinhados às diretrizes que orientaram a integração (dependente e subordinada) que marca a história da América Latina e do Caribe.

Nesse sentido, entendemos que a FIL revela um duplo esforço: primeiro, demarcar uma agenda regional baseada na ideia de ameaça aos valores e princípios do liberalismo, considerados por ela universais e fundamentais;⁸ segundo, fortalecer o imaginário da aliança atlântica

⁷ Para Bob Jessop, “dominância ecológica baseia-se na capacidade da ordem econômica capitalista orientada para o lucro e mediada pelo mercado, tomada como um todo – incluindo os seus apoios extraeconômicos –, de moldar outros conjuntos de ações sociais, mais do que afetá-los. Isso inclui o impacto de externalidades positivas e negativas. A dominação ecológica não envolve uma relação de dominação automática e unilateral, na qual a forma e a dinâmica predominantes da economia impõem sempre e em todo o lado, unilateralmente, a sua lógica a outros sistemas”. Jessop, 2010, p. 28 (tradução própria).

⁸ Para precisar as denominações utilizadas ao correr do texto, seguiremos a categorização feita por Camila Rocha a partir da proposta de Michael Freeden,

e concretizar a ação coordenada entre Estados Unidos, Espanha e América Latina. A composição da FIL como uma rede, proveniente de capacidades e forças dos campos cultural, acadêmico, jornalístico, político e empresarial, lhe garantiu um lugar diferencial na busca por consolidar e coordenar alianças mais amplas. Essas alianças têm como objetivo recompor a aparentemente ameaçada dominação regional e expressamente avançar na batalha de ideias.

Como argumenta Ernesto Bohoslavsky ao analisar a história transnacional das direitas em chave latino-americana, desde a publicação de “As condições sociais da circulação internacional das ideias”, de Pierre Bourdieu, em 1990, a dimensão transnacional do capital simbólico ganhou centralidade nas Ciências Sociais e inclusive foi chave no estudo dos *think tanks* na região. No entanto, agrega Bohoslavsky, a primazia de estudos que abordam o caráter transnacional do objeto em si acabou relegando a um segundo plano a observação relacional da difusão de recursos e ideias, assim como dos contextos espaciais e temporais onde a construção de sentidos se põe em jogo. Partindo da pergunta *como atuam*, e com o interesse de contribuir desde uma perspectiva relacional para o entendimento desse tipo de atores nos processos políticos contemporâneos, o objetivo deste trabalho foi estudar as ações de disputa política empreendidas

de macroideologias e ideologias modulares. Entenderemos o liberalismo como uma macroideologia política, e o neoliberalismo como uma ideologia modular que eventualmente colide com outras ideologias políticas que também se vinculam à tradição liberal. Assim, quando adjetivarmos um ator (individual ou coletivo) como neoliberal, nós o faremos considerando os adeptos da obra de Hayek, da Escola de Chicago e da Escola da Virginia; com ultraliberalismo e ultraliberal nos referiremos a ideologias políticas pró-mercado mais radicais no entendimento do Estado, como o objetivismo, o minarquismo, o libertário e o anarcocapitalismo; e usaremos pró-mercado quando fizermos referência mais genérica aos atores que fazem ou fizeram parte do grande leque internacional de organizações que defendem o capitalismo de livre-mercado, leque que congrega diversas ideologias modulares. Sobre essas denominações, consulte Rocha, 2019, pp. 48-49.